

IDENTIDADES DOS PERSONAGENS GENEALÓGICOS

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

Resumo: *Este artigo é sobre a formação continuada das “identidades” dos ora viventes e dos seus ancestrais, como o resultado da interação entre a “autoidentidade”, como a pessoa se percebe, e a “identificação social” da pessoa pelos vários ambientes sociais onde vive ou viveu. A “identidade” é objeto de pesquisa na Genealogia, do mesmo modo que o levantamento das relações entre as pessoas.*

Abstract: *This article discusses the ongoing formation of the “identities” of living individuals and their ancestors, resulting from the interaction between “self-identity” (how a person perceives themselves) and the “social identification” of that individual by the various social environments in which they live or have lived. “Identity” is a subject of research in genealogy, along with the relationships among individuals.*

Introdução

O objeto das pesquisas genealógicas são os antepassados de alguém e/ou os que descendem de um dado personagem do passado. Daí surgem as questões: Quais os seus nomes? Quando nasceram, onde e quando morreram? Que vida tiveram? Com quem tiveram filhos? Que profissões e/ou cargos tiveram? Qual o âmbito e peso de sua importância em seu meio familiar e na sociedade? Quais as circunstâncias culturais e socioeconômicas que enfrentaram? Quais as mudanças de *status* social que experimentaram?

Os seres humanos, constantes nos resultados das pesquisas genealógicas, são como nós somos, os hoje viventes. A cada tempo, e cada um no seu tempo e ambiente social, queremos nos afirmar no curso de nossas vidas. Isso ocorre desde as primeiras comunidades organizadas de humanos, há muitos milhares de anos. A organização social implica em distribuição de tarefas, definição de níveis de autoridade e de responsabilidade no grupo, e estabelecimento de regras de ascensão, estabilidade e descensão social, e de repasse de condição social para os descendentes. Essa é a dinâmica das vidas dos humanos em sociedade, no

presente, no passado próximo e no remoto; inclusive no plano intergeracional.

No plano intergeracional, forma-se um colar e uma rede de histórias das vidas interconectadas. Este é, parece, o campo de estudos da Genealogia mais difícil. A ideia de *homo genealogicus* é a de que cada ser humano é um elo dessa teia de narrativas e que a sua história importa no entendimento das influências de uns sobre os outros elos.

Como escrevi em Carvalho (2017), somos *homo genealogicus* desde quando nascemos até morrermos, e ficarmos então à disposição dos pesquisadores para contarem sobre nós. Vamos, em vida, nos autobiografando enquanto vivemos, a construir nossa narrativa em interação com os outros e com as histórias dos outros, frente às estruturas e em meio às circunstâncias. Para tanto, cada qual de nós busca elementos de um bom enredo dentro das nossas possibilidades.

Os exemplos mais evidentes desse traço humano de autoafirmação estão nos faraós, imperadores e reis, e ainda os grandes senhores e aristocratas em geral. Todos esses querem pontuar-se como especiais e merecedores de sua posição social. No entanto, os demais humanos têm também esse impulso na vida em sociedade. Até os escravizados tinham e têm (onde o escravismo ainda existir) essa conduta, na medida em que ou se rebelavam ou buscavam agradar para obter uma vida melhor.

A Genealogia, por conta desse impulso generalizado entre os humanos em sociedade, pode ser vista como um estudo seriíssimo para entender-se o desejo de poder/sobrevivência de cada um de nós. O impulso por de alguma forma nos impormos no meio social estabelece a competição pela ascensão social e a fuga da descensão. Serve para nos autopercebermos hoje, em nossas vidas, como roteiristas e atores de autobiografias em curso de encenação e ajustes. Auxilia para entendermos, em nós e nos ancestrais, a ação, a omissão e/ou a interação que levaram a cada biografia.

Três planos de investigação a respeito dos antepassados

O primeiro é o da investigação sobre como o personagem se autopercebia, ou seja, como se posicionava na hierarquia social e porquê, como avaliava suas chances de ascensão ou ameaças de descensão. Isso pode ser visto por cartas, crônicas e outros documentos.

O segundo é de como o meio social do personagem o percebia e avaliava. Como seu ambiente familiar próximo e expandido, e ainda a sociedade local e o

mundo social amplo, o posicionavam a cada tempo ou momento de sua vida? São fontes de pesquisa os jornais, livros, menções de terceiros e o mais.

O terceiro é de como a autoidentidade e a identificação social do personagem se organizaram para gerar a sua identidade, a cada tempo ou momento de sua vida. A identidade é dinâmica e mutável, tanto quanto os demais planos.

O *self* como o gerador da vida relacional

A autoidentidade é resultado do *self* de cada um (o seu “eu” profundo), que se manifesta, interna e externamente, nas várias formas de pensar, sentir, agir, reagir, julgar, motivar-se e remontar ao seu passado. O *self* não parece ser inteiramente consistente, mas algo com nuances e incoerências na sua camada mais externa ou menos profunda.

Para cada pessoa ter algum conhecimento objetivo (demonstrável aos outros) de como é a sua própria autoidentidade, seria preciso um modelo gráfico complexo, com conexões e setas direcionais incontáveis, de modo a reproduzirem visualmente os possíveis padrões. Mesmo assim, o modelo, que fosse desenhado na máxima boa-fé e cuidado descritivo, só teria aproveitamento por pouco tempo, uma vez que a autoidentidade se altera na experiência de vida do indivíduo que a apresenta, ainda que se mantenha menos mutável no campo da *identidade*, no qual se estabelece a conexão entre a autoidentidade e a identificação social.

As designações pessoais em geral, como os nomes, os sobrenomes, os nomes completos, as alcunhas, os diminutivos afetuosos, os axiônimos e mesmo as designações ou vocativos circunstanciais (como “moço”, “menino”, “senhor” etc.) têm imbricação com a autoidentidade em geral e com âmbitos específicos da mesma autoidentidade. Isto se observa nos estudos sobre a prática da psicanálise e de psicologia clínica (Barron, 2006). Cada designação pessoal vai tocar a autoidentidade de um acesso, ou interfaceamento diferente, e indicar um setor de narrativas, temáticas, atitudes e reações práticas distintas. Para complicar, a simples designação pessoal será alterada em seus efeitos avocatórios pelo contexto da ocasião e por quem seja o interlocutor.

O *self* é a origem da autoidentidade. É um *constructo* teórico, ou seja, uma noção que se faz necessária para ser possível qualquer exposição intelectual sobre a autoidentidade. É ele que cria a autoidentidade.

Por que a noção de *self* seria tão importante para o estudo da hierarquia social? Porque o *self* de cada um de nós exerce uma busca fundamental pela própria

relevância, por se ser de algum modo especial. Ou seja, o *self* quer ser durável. Quer ter uma essência própria, autônoma, diferente de tudo que lhe é externo. Determina-se a ser o protagonista da vida que ele percebe em si mesmo, a qual é a única manifestação vital que lhe é evidente. Dúvidas sobre este “individualismo” do *self* poderia haver na Índia das castas ou em outras culturas orientais, mas não no mundo judaico-cristão e na nossa universal civilização capitalista.

Cada *self* busca posicionar-se o mais alto que puder na estrutura e dinâmica sociais, bem como em qualquer grupo organizado menor, como a família. Na medida em que a avaliação e a identificação coletiva da relevância social de alguém são feitas por julgamentos comparativos, de cada um em relação aos outros, qualquer pequena diferença a maior em imanência comparada é um trunfo notável.

A autoidentidade é construção, no tempo, da autopercepção da personalidade tendo como ponto de observação o interior de cada um para fora, ou seja, para a vida social. Apresenta-se uma composição de autonarrativas do já vivido mais as expectativas de autonarrativas projetadas para o futuro. A autoidentidade de uma pessoa é produto de sua compreensão de si mesma como indivíduo no meio social onde interage. Valho-me dos conceitos dos sociólogos Giddens e Sutton (2016).

Na medida em que as pessoas com quem eu interajo também me percebem, as autoidentidades, a minha e a dos outros, são interativas. Essas relações são numerosas; multiplicam-se na nossa Alta Modernidade do século 21. Ver Giddens (2002) sobre a Alta Modernidade. Ela teria começado por volta de 1980.

As autoidentidades são construídas, monitoradas, ressignificadas e transformáveis em contínuo processo de interação da pessoa com as outras. A identidade altera-se conforme as sinalizações vindas da identificação social. A autoidentidade inclui a autopercepção da pessoa como praticante de uma ocupação ou de ocupações, como detentora de papel ou papéis sociais, como inserida em nível de poder na hierarquia social.

O corpo de cada um de nós é o *locus* da nossa autoidentidade, para a generalidade dos efeitos. O corpo, inafastavelmente, ao menos na normalidade psicológica, irá condicionar e modelar, em alguma medida, a autoidentidade. Importam na construção da autoidentidade: o gênero identitário assumido, o volume corporal, a raça, o vigor sexual, a idade, os defeitos físicos etc. Mesmo que os fatores do corpo venham a ser vencidos ou superados como condicionadores, terão tido o seu impacto.

As mudanças na autoidentidade não significam a perda, pela pessoa, de sua própria noção de continuidade, ou de a pessoa ser, o tempo todo, o mesmo ente. Só em casos psiquiátricos graves ou na condição dos pacientes da doença

de Alzheimer se tem a perda de si. No âmbito da autoidentidade regular, de que aqui tratamos, mudanças importantes ocorrem sem que se perca o sentimento de continuidade. As mudanças são revelações ou apresentações do que era antes latente ou potencial, ou são o que se tornou possível (como latente ou potencial) por efeito de pequenos ajustes de interação precedentes. Tudo sem perda da continuidade narrativa da vida do indivíduo.

Autoidentidades, identidades e identificação social dos personagens

A identidade não é só autoidentidade, mas também não é apenas a identificação social de alguém. É, como já dito, o terreno de uma disputa construtiva cujos resultados vão afetar tanto a autoidentidade como a identificação social do indivíduo. Isso ocorre ainda que os núcleos de cada dimensão (autoidentidade, identidade e identificação social) não se confundam um com o outro. Quem viveu até a idade adulta sabe disso. Quem viveu mais que isso, chegando à velhice, sabe que a sua identidade foi mudando ou se transformado a cada tempo, mediante a superação, ou não, dos obstáculos e o aproveitamento das oportunidades.

Cada personagem genealógico teve suas preferências quanto a ligar-se a e inspirar-se em certos antepassados e não a outros, ao ponto de esconder esses últimos. Ou seja, a sentir-se e mostrar-se um Almeida que o liga à família da mãe e não ao Pereira que o liga ao pai. Observa-se que cada um escolhe uma origem, ou uma linhagem que lhe seja proveitosa em algum sentido. E tenta obter a aceitação dessa sua escolha pela identificação social.

Esse fato – o da escolha de como cada um quer ser genealogicamente faz com que tenhamos, por exemplo, bisavós mais importantes que outros, aos nossos olhos e na nossa vontade de nos “alinarmos” a eles. Os demais são esquecidos. Geneticamente, nossos dezesseis bisavôs são iguais em relevância (caso não haja duplicidades, de alguém mais de uma vez bisavô ou bisavó), mas não genealogicamente. Pode também ocorrer de certos netos de um casal sejam mais reconhecidos como herdeiros da tradição familiar que outros. As relações genealógicas subjetivas são resultado de escolhas de pertencimento, para cima e para baixo, e dos lados e de volta. A escolha de um sobrenome para uso social é uma indicação do como a pessoa se vê genealogicamente. A que pertencimento ela quer ativar em detrimento de outros possíveis? Observa-se que até 1940, com a Lei dos Registros Públicos, as pessoas, no Brasil, escolhiam como serem conhecidas com a sobrenomeação que entendessem. Por vezes, substituíam a sobrenomeação, sem que isso fosse ilegal. Só se recebia, no batismo, o primeiro nome (José, Maria, Afonso, Rita etc.).

O genealogista pesquisa sobre documentos diretamente pertinentes e sobre o contexto histórico, com isenção, rigor e boa-fé. Busca levantar a evolução da identificação social dos seus personagens. Também pesquisa como seriam as autoidentidades dos mesmos personagens; como eles teriam se autopercebidos no curso de suas vidas. E a identidade? Essa é o objeto último da pesquisa sobre o personagem genealógico; leva a noção equilibrada do indivíduo. Quando não houver provas diretas, somente são aceitáveis as conjecturas do genealogista sobre a identidade do personagem, se isso for declarado expressamente como hipótese pessoal do mesmo estudioso. Nunca como algo comprovado. Os historiógrafos também ponderam e procuraram preencher os vazios entre os fatos documentados, o que se permite na medida em que a subjetividade do autor seja informada a quem o leia.

Haveria um só desenho de como seria a identidade do personagem? Não. Pode haver divergências entre apreciações. Há a questão das visões díspares, ou seja, de como frente aos mesmos fatos os pesquisadores dão as suas versões. Um caso típico disso é o do personagem Napoleão Bonaparte. Em geral, para os autores britânicos e de tradição inglesa, Napoleão é tomado como um ogro, um Hitler ou um Stalin, vivente na virada do século 18 para o 19. Para os biógrafos franceses e os francófonos em geral, Napoleão é (ou foi) um transformador nas práticas de governo, um iluminado.

Referências

BARRON, Grace Caroline. What is in a name: what analyst and patient call each other. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 54(3), p. 903-917, Sep. 2006.

CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. Homo Genealogicus – Gênese e Evolução do Ser Humano Socialmente Importante. São Paulo, Edição do Autor, 2017.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. (Ed. orig. *Modernity and Self-Identity*, 1991)

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Identidade. *Conceitos essenciais da Sociologia*. São Paulo: Unesp, 2016.